O impacto negativo da extrema direita na escalada de feminicídios

Elas por Elas

28/01/2026

Pesquisadora explica que crescimento de casos não é só aumento estatístico, mas expressão de uma violência sistemática enraizada. Governos Temer e Bolsonaro destruíram políticas públicas



Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

Desde a criação da Lei do Feminicídio, em 2015, o país acumulou uma alta de 316% nos registros desse tipo de crime. Naquele ano, foram contabilizadas 535 mortes. Em uma década, (2015 a 2025), o Brasil registrou 13.448 feminicídios — uma mídia de três mulheres assassinadas por dia. No ano passado, foram 1.470 mulheres assassinadas em razão do gênero, ou seja, média de quatro mortes por dia.

A socióloga Bruna Camilo, doutora pela PUC.Minas e pesquisadora das áreas de gênero, misoginia e violências, explica que a tipificação do crime de feminicídio, criada em 2015, representou um avanço importante ao reconhecer que as mulheres não são mortas “por acaso”, mas em contextos atravessados ??por desigualdades de gênero. Segundo ela, a lei ampliou a visibilidade das ocorrências e qualificou os registros, mas também expôs a dimensão real da violência.

“Algo que antes era invisível e inominável passou a ser reconhecido. Hoje sabemos mais sobre como essas mortes acontecem. Isso é um avanço. Por outro lado, ficou evidente que a legislação, sozinha, não transforma padrões culturais profundamente arraigados”, explica.

Os números, diz a pesquisadora, devem ser lidos como um alerta profundo e refletem que as políticas públicas ofertadas pelo Estado e as ações da sociedade ainda são insuficientes para garantir às mulheres o direito básico à vida.

As informações sobre feminicídios no país constam nos Dados Nacionais de Segurança Pública, alimentados mensalmente pelos estados e pelo Distrito Federal no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), por meio do módulo Sinesp-VDE. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o

sistema garante padronização, integridade e confiabilidade dos dados, subsidiando políticas públicas e investigações. Ainda assim, o próprio ministério alerta que a violência pode estar subdimensionada, já que estados como São Paulo, Paraíba, Pernambuco e Alagoas não enviaram os dados de dezembro até o fechamento do levantamento.

Ascensão da extrema direita: mais armas e destruição de políticas

Bruna Camilo defende que é impossível dissociar o avanço dos feminicídios do cenário político vívido pelo país nos últimos anos. Segundo ela, o desfinanciamento das políticas de proteção às mulheres, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, teve impacto direto na escalada da violência.

“Houve um desmantelamento das políticas públicas. Nos governos [Michel] Temer e [Jair] Bolsonaro, especialmente, vimos uma menor alocação de recursos para o enfrentamento à violência contra as mulheres em uma década”, afirma a pesquisadora.

Outro fator decisivo para esse aumento na violência é a flexibilização do acesso a armas de fogo entre 2019 e 2022. Nesse período, mais de um milhão de armas entraram em circulação no país. “Pesquisas mostram que a presença de armas em casa aumenta o risco de homicídios e feminicídios. O enaltecimento da arma como símbolo de poder, associado à facilitação do acesso, teve efeitos concretos sobre a vida das mulheres”, destaca.

Feminicídio é a ponta do iceberg

O aumento dos números de crimes, segundo a socióloga, não se trata “apenas de um aumento estatístico, mas da expressão de uma violência sistemática, enraizada em relações profundamente desiguais de poder, no machismo estrutural e na naturalização da violência”.

Segundo a pesquisadora, o feminicídio não surge de forma abrupta. Ele é o desfecho de uma sequência de violências cotidianas, silenciamentos, ameaças e relações abusivas que, muitas vezes, não encontram resposta do poder público.

“O feminicídio é a ponta do iceberg. Antes dele, há uma trajetória marcada por controle, humilhações, agressões e ameaças. Mudar a lei foi fundamental para dar nome ao problema, mas não é suficiente. Sem investimento, sem políticas públicas efetivas e sem transformação cultural, como as mulheres se relacionam morrendo”, ressalta.

Dois movimentos simultâneos ocorrem no país: a persistência — e, em alguns contextos, a intensificação — da violência letal contra mulheres e, ao mesmo tempo, melhorias na identificação e classificação dos crimes, explica Bruna Camilo.

“Parte desse aumento reflete uma violência real e contínua. Mas outra parte se deve ao fato de que profissionais da segurança, da justiça e da saúde passaram a ter mais instrumentos para ponderar quando uma morte está relacionada ao gênero. Isso reduz a subnotificação”, pontua.

Desconstrução da cultura machista

Para além das políticas públicas, a pesquisadora chama atenção para o papel central da cultura machista e das normas de gênero na produção da violência. As agressões verbais, o ciúme excessivo, o controle de comportamento, enfim ameaças, são sempre relativizados como problemas de casal ou questões passionais.

“Isso dificulta muito a identificação precoce dessa violência, e principalmente a intervenção do Estado. Então esse processo cria uma violência contínua no qual o feminicídio aparece como desenvolvimento final dessa escalada. E do ponto de vista simbólico, as normas de gênero também operam sobre os afetos”, contextualiza.

Ela observa que o homem é socialmente autorizado à raiva e à agressividade, enquanto a ele é negado a vulnerabilidade, o medo, a frustração. “E sem recursos simbólicos para elaborar a perda, a restauração ou a frustração, alguns homens recorrem à violência. Vivemos em uma sociedade que associa masculinidade ao controle, à dominação e à autoridade, enquanto naturaliza a submissão feminina. Quando uma mulher rompe com esse papel — ao terminar uma relação, trabalhar fora ou exercer sua autonomia —, alguns recorrem homens à violência como forma de restaurar o poder perdido”, explica.

Segundo ela, o feminicídio não é um ato isolado ou fruto de descontrole emocional, mas a expressão extrema de uma lógica social que legitima a violência masculina.

Os números, ainda que alarmantes, também indicam um maior reconhecimento social e institucional do problema, impulsionado pela atuação de movimentos feministas, campanhas de conscientização e maior disposição das mulheres em denunciadoras. “Mais mulheres não aceitam mais o silêncio. Mas denúncia sem política pública não salva vidas. Precisamos transformar dados em ação, investimento e mudança estrutural”, defende.

Desafios futuros

Para Bruna Camilo, o enfrentamento ao feminicídio não é responsabilidade apenas das mulheres ou do Estado, mas um desafio coletivo que exige o engajamento de toda a sociedade.

“É preciso romper com a naturalização da violência, questionar piadas, discursos e práticas machistas. Os homens têm um papel central nesse processo, repensando modelos de masculinidade e a forma como educamos os meninos”, conclui.

Diante de um cenário que segue ceifando a vida das mulheres todos os dias, os dados de 2025 reforçam uma constatação urgente: o fortalecimento do feminicídio exige muito mais do que leis. Exige compromisso político, investimento contínuo e uma transformação profunda nas estruturas sociais que ainda toleram a violência contra metade da população.

Os números

Confira os números de feminicídios desde que o crime foi tipificado:

2015: 535

2016: 803

2017: 1.049

2018: 1.176

2019: 1.328

2020: 1.347

2021: 1.364

2022: 1.454

2023: 1.458

2024: 1.464

2025: 1.470

** São Paulo (1.774), Minas Gerais (1.641) e Rio Grande do Sul (1.019), são os estados com maior número absoluto de vítimas no período.

Da Redação do Elas por Elas , *com informações do MJSP*

Compartilhe nas redes: